



## SEGUIMOS EM RESISTÊNCIA!

O “Estatuto da Gestante” ([PL 5435/2019](#)), continua mobilizando ações de organizações de mulheres e feministas, profissionais da área da saúde e da área jurídica, entre outros, para seu arquivamento. No Senado, existem articulações para que, ao menos, ele tenha uma tramitação regular passando pelo debate nas Comissões antes de ir para o Plenário da Casa.

As pressões contra a proposta tem dado resultado e o próprio autor, senador Eduardo Girão (Podemos/CE) sugeriu (ainda que à contragosto) a retirada do bônus para mulheres não abortarem após estupro ([veja aqui](#)). Relatora do PL, a senadora Simone Tebet (MDB/MS) [já sinalizou a exclusão](#) dos dois pontos mais absurdos da proposta: a inclusão do direito à vida desde a concepção (o que inviabilizaria a realização do aborto nos casos hoje permitidos) e o pagamento do auxílio financeiro de um salário-mínimo até os 18 anos para a criança fruto de estupro.

A resposta à nossa mobilização é a intimidação virtual de organizações feministas que defendem os direitos das mulheres. O Portal Catarinas saiu do ar. Não por coincidência, os ataques começaram após a publicação da matéria [Bolsa estupro é a nova estratégia para institucionalizar a misoginia](#). Não nos intimidarão. Pelo contrário, seguiremos na disputa. Mais animadas, inclusive, por causa da suspensão do deputado estadual Fernando Cury (Cidadania/SP) por seis meses, por ter assediado a deputada Isa Pena (PSOL/SP).

Semana passada tivemos a **descomemoração do Golpe de 1964**. E uma demonstração de que a luta contra a ditadura é permanente é a apresentação da [PL 1145/2021](#), que veda homenagens e comemorações alusivas aos agentes públicos responsáveis por violações de direitos humanos. Também veda a utilização de bens públicos para a exaltação ao golpe militar de 1964. O PL é de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES). No mesmo sentido, temos o [PL 1116/2021](#), de autoria do senador Jaques Wagner (PT/BA), que prevê aumento de pena quando ato supremacista branco (ou semelhante) for cometido por servidor público.

Mas o que dizer quando é o próprio Presidente da República (e integrantes de seu governo) que fazem a defesa da ditadura militar e a apologia da supremacia branca? Talvez por isso, não se incomodem com as **mais de 330 mil mortes por Covid-19**, parte delas causadas pelo descaso com o enfrentamento da pandemia. Uma média triste e assustadora de mais de 3 mil mortes diárias.

E o que dizer também de um Congresso que, em vez de concentrar seus esforços para conseguir vacinas para toda a população brasileira, perde tempo precioso com propostas como o projeto Fura Fila, o [PL 948/2021](#), que autoriza a iniciativa privada a comprar vacinas de Covid-19 para “os seus”. Ideia rejeitada até mesmo pelos grande laboratórios farmacêuticos – não por preocupação com a saúde no mundo, mas por questões de mercado. No entanto, deve ser discutido no [Plenário essa semana](#). **#FuraFiladaVacinaNão**

Mesmo diante dos problemas causados pela pandemia, da exclusão digital e da falta de investimentos na educação, a prioridade do MEC no momento é a regulamentação, ainda no primeiro semestre do ensino doméstico. Não se trata do ensino à distância, mas de um sistema em que os próprios pais educam os filhos em casa. Em todo o mundo é uma pauta de grupos fundamentalistas religiosos, que buscam blindar as crianças de temas como evolução e educação sexual.

# PROPOSTAS APROVADAS

## NA SEMANA PASSADA

### Empresas que pagarem salários diferentes para homens e mulheres receberão multa

Foi aprovado o PLC 130/2011 (na origem PL 6393/2009, de autoria do deputado Marçal Filho – PMDB/MS), que altera a CLT para impor ao empregador multa em favor da empregada de até 5 (cinco) vezes a diferença verificada em todo o período da contratação, observado o prazo prescricional. Pela proposta, considerar o sexo, a idade, a cor ou situação familiar como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional importará ao empregador a multa.

O relator, deputado Paulo Paim (PT/RS), no seu parecer emitiu uma Complementação de Voto, apenas adequando trechos da redação. A matéria segue para a sanção Presidencial.

O Senado aprovou também o PL 3.244/2020, de autoria da senadora Zenaide Maia, que altera a Lei Maria da Penha, para prever o direito de as mulheres em situação de violência doméstica e familiar optarem pelo ajuizamento de ações de família nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar.

O parecer da relatora, senadora Simone Tebet, foi aprovado, com acolhimento parcial da Emenda nº 2, e com a Emenda nº 5. A matéria segue para a Câmara.

# PAUTA DA SEMANA

## NO CONGRESSO NACIONAL

Três projetos devem ser discutidos ainda nesta terça-feira (6 de abril, entre eles o [PL 948/2021](#), que dispõe sobre aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado. Estamos em campanha contra esse absurdo, apelidado de [Camarote da Vacina](#).

Em discussão na pauta do plenário também estão:

- [PL 1.011/2020](#) (continuação da votação) sobre Inclusão de categorias prioritárias na vacinação contra COVID. A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) enviou uma carta às deputadas e deputados pedindo a inclusão das Trabalhadoras Domésticas no projeto;
- [PL 976/2019](#), que determina que conste nos sistemas de registro de informações das polícias civil e militar a concessão de medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Já tem lei detalhando isso, mas parece que as deputadas não se cansam de tentar mexer no texto. Poucas exigem políticas públicas para a área;
- [PL 1.943/2019](#), sobre campanha de divulgação de igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres. Uma proposta simbólica, mas positiva;
- [PL 321/2021](#), que garante à mulher igualdade nos valores das premiações relativas às competições desportivas realizadas em todo o Brasil. É uma pena precisar de legislação para isso;
- [PL 1.561/2020](#), trata-se de uma nova modalidade de loteria, com destinação dos recursos do produto de sua arrecadação para o SUS e, excepcionalmente, para as “ações de prevenção, contenção, combate e mitigação dos efeitos da pandemia do novo coronavírus (covid-19)”;
- [PL 823/2021](#): Lei Assis Carvalho II. É o projeto que estava na pauta dos movimentos do campo, garante assistência emergencial aos agricultores familiares de todo Brasil de forma a amenizar os prejuízos econômicos causados pela pandemia de Covid-19.

## As comissões começam a funcionar, mesmo com a atual situação da pandemia no país

Na pauta da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) está o [REQ 82/2021](#), de autoria do deputado Roberto Alves (REPUBLIC-SP), para discutir “O Enfrentamento da Vulnerabilidade de Adolescentes, Crianças e Mulheres Vítimas de Violência”. Desde o caso da menina do Espírito Santo, estamos atentas ao cruzamento desse tema com o do direito à interrupção da gravidez para vítimas de violência sexual. Qual será a perspectiva do Deputado?

## Também destacamos quatro projetos de lei da pauta:

### Prioridade na apreciação de na tramitação de processos sobre alienação parental

É o que propõe o [PL 7352/2017](#), de autoria do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), que altera a Lei sobre o tema e tem parecer favorável do relator, deputado Antônio Brito (PSD-BA).

### Parlamentares seguem se preocupando com a vida afetiva dos outros

O alvo agora são as relações poliafetivas. O [PL 4302/2016](#), de autoria do deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP), proíbe o reconhecimento desse tipo de união. O parecer do relator, deputado Alan Rick (DEM-AC) é pela aprovação deste e dos apensados ([PL 10312/2018](#) e [PL 10809/2018](#)), com substitutivo.

### Locais de internação separados para mulheres que sofreram aborto espontâneo, óbito fetal ou perinatal

Segundo o [PL 6244/2016](#), seria importante ter um espaço separado nos hospitais para mulheres que sofreram aborto espontâneo, óbito fetal ou perinatal. Eduardo Costa (PTB-PA) apresentou **parecer** pela rejeição da proposta. Segundo ele, as medidas devem ser adotadas por meio de normas infralegais, ou seja, que seja feita a indicação para que o Poder Executivo organize esse tipo de medida. O autor da proposta, deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), morreu em 2018.

## Campanha para o enfrentamento da prematuridade

É a proposta do [PL 10739/2018](#), de autoria da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) e outras. A campanha seria anual, com ações relacionadas ao enfrentamento do parto prematuro durante o mês de novembro. O [parecer](#) do relator, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG) é pela aprovação deste e do apensado ([PL 1468/2019](#)), com substitutivo.

## NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

### NO CONGRESSO NACIONAL

## Proposta reafirma que o planejamento familiar é livre decisão do casal e o Estado deve assegurar esse direito

[PL 1107/2021](#), de autoria do deputado Geninho Zuliani (DEM/SP), altera a redação do Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando que os programas e Políticas de Saúde às gestantes devem observar o disposto no artigo 226, §7º da Constituição Federal, que prevê o planejamento familiar como um direito.

Artigo 226, §7º: Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

## E seguem as proposta para aumento de penas

[PL 1134/2021](#), de autoria da deputada Mara Rocha (PSDB/AC), altera o Código Penal para aumentar a pena do crime de feminicídio.

## Proposta altera o Código Penal criando modalidade qualificadora de homicídio

[PL 1114/2021](#), de autoria do deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), altera o Código Penal, criando modalidade qualificadora, ao homicídio, aos crimes de patricídio, matricídio e filicídio e equipara os delitos cometidos por enteado, madrasta e padrasto.

## E seguem projetos tentando sustar medidas antidemocráticas do governo

PDL 138/2021, de autoria da deputada Maria do Rosário (PT/RS), susta os efeitos das Portarias do Gabinete da Ministra de Estado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que anularam anistias políticas concedidas entre 2002 e 2006 pelo Ministério da Justiça.

## VALE A PENA CONFERIR!



### Brasil de Fato

Por que o Estatuto da Gestante precisa ser arquivado, segundo organizações feministas



### Pesquisa Violência Política Contra Mulheres

Apresentação dos resultados preliminares da pesquisa Violência Política Contra Mulheres (VPCM), desenvolvida pelo NEPEM-UFMG:

- Cartilha;
- Vídeo;
- Questionário



### Seminário Internacional

GREPO (Grupo de Estudos de Gênero, Religião e Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo): Seminário Internacional – Catolicismos, direitas cristãs e ideologia de gênero na América Latina



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.